

india



# Modernidade e tradição

Reuters

**Na contramão do que diz o FMI, o país controla o fluxo de capitais, mas seu desenvolvimento pode esbarrar na ausência da revolução vermelha e na persistência do latifúndio**

José Carlos Ruy

Na viagem de trem entre Délhi e Chandigarh, um rapaz puxa conversa: de onde você vem? Surpreso ao saber que sou do Brasil, fala de coisas óbvias – Pelé, Ronaldinho, café, carnaval. E de outra, para mim, menos óbvia: Lula. Parvathy, o rapaz, é técnico em informática e também fica surpreso quando manifesto minha boa impressão em relação à Índia. A tradição parece andar ao lado da modernidade, disse-lhe, que me olha incrédulo. Mas era uma impressão verdadeira, confirmada nos deslocamentos entre Délhi, Chandigarh, Amritsar e Agra – quase 700 km no norte da Índia, de trem ou de ônibus.

Mesmo situada aos pés da primeira das três cadeias de montanhas paralelas que formam o Himalaia – chamada de Shivaliks – para alguns brasileiros Chandigarh pode ser uma cidade muito familiar. Lembra Brasília: a organização do espaço é semelhante, por setores, com prédios residenciais baixos, rodeados de árvores e gramados. Logo descobro que havia um parentesco, por assim dizer, genético: a cidade foi construída pelo arquiteto francês Le Corbusier, o modernista que influenciou Oscar Niemeyer, que construiu Brasília. É uma cidade moderna, que contrasta vivamente com outras – com Amritsar,

ao norte, ou Agra, a antiga capital, ao sul; mesmo com Délhi (imagem acima), com seu trânsito caótico, lixo por toda parte, pobreza lancinante, e filas de prédios velhos e mal conservados, ao lado de outros, modernos e ousados.

**Revolução verde** A Índia tem mais de um bilhão de habitantes. Somadas, sua população e a da China compreendem 40% da humanidade; 2,4 bilhões de pessoas. Sem o desempenho econômico brilhante dos chineses, cresce a taxas elevadas, entre 7% e 8% ao ano. Isso resulta, sugere o economista Samir Amin, diretor do Fórum do Terceiro Mundo, sediado em Dakar, no Senegal, de uma política de regulação que busca a modernização do país, baseada em instrumentos como o controle de preços e do câmbio, subsídios, regulação das empresas estrangeiras, e aplicação de tecnologia importada, tudo com o objetivo de proteger a indústria indiana dos devastadores efeitos da dominação dos mercados mundiais pelo capital imperialista. Em segundo plano estão os objetivos sociais, principalmente a redução da extrema pobreza das classes populares. “Esse plano de modernização industrial é acompanhado por um plano de desenvolvimento da produção agrícola

(alimentos em particular) baseada na revolução verde (que ocupa o lugar da abandonada reforma agrária – a revolução vermelha!) destinada principalmente a tornar o país auto-suficiente em alimentos”. “A intenção era usar as rendas das exportações exclusivamente para cobrir o custo das importações necessárias para suas indústrias”, escreveu Amin na edição de fevereiro da revista americana *Monthly Review*. Exatamente na contramão das recomendações do Banco Mundial, do FMI e demais agências estrangeiras.

Mesmo assim a Índia não está a salvo das políticas neoliberais e – como no Brasil – a política econômica ortodoxa é tema de debate intenso no país. Como pude constatar nos congressos dos comunistas indianos, realizados entre o final de março e o começo de abril deste ano.

Na Índia há, como no Brasil, duas organizações que reclamam a continuidade histórica com o Partido Comunista fundado, lá, em 1920. Em 1964, no contexto dos debates provocados pelo 20º Congresso do Partido Comunista da URSS e suas teses da via pacífica para o socialismo, formaram-se duas correntes no Partido Comunista da Índia (PCI). O clímax do debate foi a reorganização do partido em 1964 pela corrente que rejei-



Os dalits (acima, em manifestação), com os membros das comunidades tribais, representam de 15% a 25% da população indiana (mais de 160 milhões de pessoas)

tava a orientação soviética, que adotou a designação de Partido Comunista da Índia-Marxista (PCI-M). Hoje, os dois partidos atuam juntos e são aliados no apoio parlamentar ao governo do Partido do Congresso.

É um governo com contradições muito fortes. O sistema é parlamentarista e a chefia do governo cabe ao partido – ou coalizão – que consegue a maioria dos deputados na Câmara dos Deputados, ou Lok Sabha. O atual governo, de centro esquerda, foi formado depois da vitória na eleição de maio de 2004, quando o Partido do Congresso elegeu a maioria dos deputados, derrotando o governo do Bhartiya Janata Party (BJP, Partido do Povo Indiano), da direita fascista, braço político do movimento fundamentalista hindu RSS (Rashtriya Swayamsevak Sangh, Organização Nacional de Voluntários).

O governo do BJP, que vinha desde 1998, aumentou as tensões na região, chegando à ameaça de guerra prolongada contra o Paquistão; fomentou conflitos religiosos na Índia – esteve por trás dos pogroms antimuçulmanos de 2002 no Estado de Gujarat, deixando mais de 2 mil mortos (há quem fale em 5 mil) e mais de 150 mil desabrigados, expulsos de suas casas pelas milícias fundamentalistas.

Mas, apesar do forte apelo nacionalista do fundamentalismo hindu do BJP e do RSS, foi seu governo que abandonou a tradicional política externa indiana de não-alinhamento, aproximando-se do imperialismo americano e aprofundando as reformas neoliberais iniciadas no come-

mas dois são nomeados pelo presidente da República e representam a comunidade anglo-indiana). Mas, mesmo tendo mais deputados do que os 185 que o BJP elegeu, não formou a maioria parlamentar necessária para governar, que foi alcançada após a aliança com a Frente de Esquerda que, com 60 deputados (43 do PCI-M, 10 do PCI e 7 dos partidos menores), tornou-se assim o fiel da balança no Parlamento.

O Partido do Congresso e a Frente de Esquerda formaram então a Aliança União Progressista (UPA – United Progressive Alliance) com base em um programa mínimo, que prevê medidas para o fortalecimento da economia nacional, apoio aos agricultores, desenvolvimento, emprego e distribuição de renda.

**Comunistas fora** A situação política nacional foi a tônica do debate nos Congressos do PCI e do PCI-M. Os comunistas apoiam o governo, embora não façam parte dele – a principal razão para isso é justamente a política econômica, marcada pelo continuísmo com o programa neoliberal anterior. Os comunistas acusam o governo de descumprir o programa mínimo e A. B. Bardan, de 78 anos, secretário-geral do PCI, foi claro

*Bengala Ocidental (ao lado, o governador Buddhadev Bhattacharjee), dirigido pelos comunistas do PCI-M desde 1977, reduziu o poder dos latifundiários: hoje 72% das terras são de propriedade de camponeses pobres*

ço da década de 1990 ainda pelo governo do Partido do Congresso – uma espécie de PMDB, que une correntes democráticas, nacionais e progressistas com setores da oligarquia e da grande burguesia indiana. Em 2004 o Partido do Congresso elegeu 217 dos 543 deputados indianos (o total é de 545,

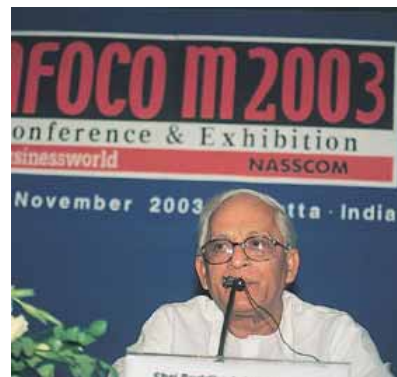
na abertura de seu congresso: é preciso ir além do programa mínimo e construir uma aliança de esquerda capaz de criar uma alternativa ao atual governo. Harkishan Singh Surjeet, de 89 anos, então secretário-geral do PCI-M, também defendeu, naquela abertura, a unidade da esquerda contra a ameaça de volta dos fundamentalistas do BJP.

A principal questão para eles e as forças progressistas e democráticas é o fortalecimento das correntes de esquerda, seculares e democráticas, e a defesa do caráter não-religioso e democrático do estado indiano. Os comunistas indianos, como Surjeet enfatizou, diagnosticam uma situação favorável que a esquerda não pode perder, num quadro que vai se formando e aponta, para a possível formação de um governo mais avançado do que o atual.

Na Índia os números são sempre grandes, e os partidos comunistas não ficam atrás. Existem três – um deles, o Partido Comunista da Índia Marxista Leninista, é muito pequeno e não tem representação parlamentar. O PCI tem 300 mil filiados e 10 deputados eleitos em 2004. Dirigido por A. B. Bardan, reeleito para o quarto mandato como secretário-geral, tem forte base camponesa, visível na face dos mais de 2 mil militantes que participaram da cerimônia de abertura do Congresso.

Com 900 mil filiados, e 43 deputados, o PCI-M é a terceira força na Lok Sabha. Tem também 232 deputados estaduais e conta, entre seus veículos de comunicação, com cinco jornais diários e um canal de TV. Governa três Estados (Bengala Ocidental, Kerala e Tripura), nos quais estão 75% de seus filiados. Kerala, no sul, foi o primeiro a eleger um governador comunista, em 1958.

Bengala Ocidental é um estado populoso, com mais de 80 milhões de habitan-



tes, governado pelos comunistas do PCI-M desde 1977. O partido venceu todas as eleições desde então – a mais recente ocorreu no final de maio, para Prefeituras e Câmaras municipais de 79 cidades no Estado. A Frente de Esquerda, liderada pelo PCI-M, com nove partidos, venceu em 49 – na eleição anterior, de 2000, havia vencido em 37.

Quando os comunistas chegaram ao poder, os latifundiários monopolizavam a posse da terra e mais de 56% da população estava abaixo da linha da pobreza. Foi feita a reforma agrária, contou o governador Buddhadev Bhattacharjee, um escritor comunista de 61 anos de idade, e hoje 72% das terras são de propriedade de camponeses pobres. Cerca de 2,5 milhões de camponeses receberam seu lote de terras e mais de meio milhão de pessoas ganhou moradia. Em consequência, a miséria caiu e atualmente 26% da população está abaixo da linha de pobreza – e o número só não é menor, dizem os dirigentes do PCI-M, porque os benefícios oferecidos pelo governo estadual, como saúde, educação, controle dos preços dos alimentos, etc., atraem forte migração dos outros Estados, realimentando a pobreza e aumentando a dificuldade em combatê-la.

O analista indiano Vijay Prashad (da revista *Red Star*) atribui o sucesso dos comunistas e da Frente de Esquerda em Bengala Ocidental a três fatores. O primeiro é a reforma agrária, que favoreceu os camponeses pobres; depois, embora o PCI-M tenha maioria parlamentar suficiente para formar um governo comunista puro-sangue, para o partido a coalizão com a Frente de Esquerda é sagrada, e envolve as eleições e, principalmente, os programas de ação do governo. Finalmente, é um governo sem corrupção – nas quase três décadas no poder não há registro de um único escândalo. Um êxito que Bobby F. Hakim, líder do Trinamool Congress, um dos principais partidos de oposição em Bengala Ocidental, confirma pesaroso. “Nas aldeias”, disse ele, “se você for contra os comunistas, não encontrará sequer um barbeiro para cortar seu cabelo”.

Na Índia existe, como no Brasil, a modernidade superficial, cosmética, dos celulares e da Internet (que, lá, não são comuns como aqui), dos automóveis de luxo que circulam em avenidas modernas e caóticas ao lado dos *tuc-tuc*, espécie de lambreta com três rodas e

carroceria, que funcionam como táxis; de automóveis antigos, embora bem conservados, bicicletas, motos, carroças... e de vacas, soltas pelas ruas e avenidas. Mas há também as mudanças sinalizadas por Bengala Ocidental e que representam uma modernidade mais profunda, que renova a estrutura social.

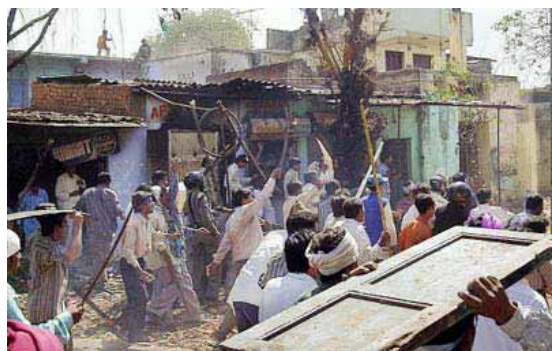
Elas convivem lado a lado com a tradição renitente, cuja expressão mais forte é a opressão de castas. As castas (*varnas*, em sânscrito) existem desde o século 15 a.C. Há quatro castas superiores: os sacerdotes; os guerreiros e governantes; os artesãos e comerciantes; os camponeses e trabalhadores.

**Apartheid** Abaixo delas estão os sem-castas, antigamente chamados de intocáveis (devido à crença de que transmitiriam a impureza de sua condição aos membros das castas superiores que os tocassem). São os *dalits*, palavra hindi (o idioma oficial da Índia, falado por 40% dos indianos e entendido por 75%) que significa oprimidos, e que é a forma como eles próprios preferem ser chamados. Com os membros das comunidades tribais, também muito pobres, representam de 15% a 25% da população (mais de 160 milhões de pessoas). Vivem em uma espécie de *apartheid* em seus próprios bairros e são duramente discriminados: fazem os trabalhos mais penosos, sujos, degradantes e mal pagos, como a incineração de cadáveres, limpeza de latrinas, limpeza de fossas, etc.

Entre eles estão mais de 90% dos indianos que vivem abaixo da linha da pobreza e cerca de 95% dos analfabetos. Embora a Constituição de 1950 proíba a discriminação de castas e a intocabilidade, as atrocidades contra os *dalits* continuam comuns. Contra elas, em 1989, o governo adotou a “Lei de castas catalogadas e tribos catalogadas (Prevenção de Atrocidades)”, que também não conseguiu eliminar esses abusos. Calcula-se que uns 40 milhões de *dalits* vivem sob servidão por dívidas, e que há uns 15 milhões semi-escravizados.

A Índia se tornará uma grande potência? A pergunta foi feita por Samir Amin

em seu artigo na *Monthly Review*. A resposta não é fácil. O país prepara-se para encarar seus problemas sociais monumentais – o maior deles é a pobreza extrema de um terço da população – e crescer rapidamente para, em poucas décadas, alcançar aquele objetivo. Mas a questão é procedente e crucial: a Índia oscila entre a tradição e a modernidade, e o peso do passado pode ser identificado na política comunalista e religiosa de direita do RSS e do BJP, com seus esquadrões da morte, seu supremacismo hindu e – ao cabo – na manutenção da velha estrutura social e na mesma subordinação ao imperialismo britânico rompida em 1947 com a independência, mas que se mantém como o programa não confessado da extrema-direita.



O governo do BJP aumentou as tensões e esteve por trás dos pogroms antimuçulmanos de 2002 no Estado de Gujarat (acima, hindus armados de espadas ameaçam muçulmanos em Bapun)

O outro pólo é indicado pela modernização que ocorre, por exemplo, em Bengala Ocidental, onde a reforma agrária foi o principal meio de combate à pobreza, de promoção social e de desenvolvimento. O governo estadual realiza a promessa de distribuição de terras que mobilizou os camponeses na luta pela independência, a revolução vermelha que, como assinalou Samir Amin, foi abandonada há muito tempo pelo governo central, trocada pela revolução verde dos insumos, da tecnologia agrícola e do crescimento da produtividade das modernas empresas agrícolas. Opção que pode ser o principal obstáculo para a realização daqueles sonhos de crescimento. ■

José Carlos Ruy é jornalista, editor de *A Classe Operária*. Visitou a Índia entre 27 de março e 12 de abril deste ano, onde representou o Partido Comunista do Brasil nos congressos do PCI e do PCI-M.